

ATA da 181ª Reunião – 09/2018 – Nona reunião ordinária da Comissão Intergestores Regional Noroeste Mato-grossense, realizada nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e dezoito, no Escritório Regional de Saúde de Juína. Após a conferência de quórum, a reunião foi aberta às dez horas, conduzida pela Coordenadora da CIR NO Ana Paula Marques Schulz. Estiveram presentes: Marcio Papadiuk Bueno, Secretário Municipal de Saúde de Brasnorte, Ivania Vargens Tigre Weber, Secretária Municipal de Saúde de Castanheira; José Vanderlei Nunes Fernandes, Secretário Municipal de Saúde de Colniza; Leocádia Gomes Padilha, Secretária Municipal de Saúde de Cotriguaçu; Helvio de Lima, Secretário Municipal de Saúde de Juruená; Leda Maria de Souza Villaca, Secretária Municipal de Saúde de Juína/ Vice-presidente Regional do COSEMS na Região Noroeste Matogrossense. Tânia Cristina Cardoso Eufrásio, Apoiadora do COSEMS na Região Noroeste. Representando a SES/MT-ERS/JUÍNA: Ana Paula Marques Schulz, Sérgio Volmir Post, Vanessa Vidal Oliveira, Juciane Alves da Silva, Humberto Nogueira de Moraes, Nara Denise Anéas Mattioni, Cleuza Pereira Leite Brandão e Claudiana de Souza Duarte. Convidada/ Coordenadora do Hemocentro MT: Cleoni Silvana Kruguer. Secretária Executiva nesta reunião da CIR NO Ivanete Marcia Wiebbelling Pagnussat. Ana Paula deu boas vindas agradecendo a presença de todos e informou a justificativa de ausência por problemas de saúde na família da Secretária Municipal de Saúde e da Secretária Adjunta de Aripuanã, do Secretário Executivo do Consórcio e do representante da Saúde Indígena que está com atividades no Pólo Base. Confirmado o quórum a coordenadora solicitou a leitura da ata 08/2018 pela senhora Ivânia, que foi aprovada por consenso. **Devolutivas da 8ª Reunião:** Agradecimento pela participação nos eventos: **Oficina de Saúde Mental** – Ana Paula informou sua participação na Oficina de Saúde Mental e agradeceu a participação da técnica Jucélia da SMS Juína, destacando que o evento foi uma preparação para as Conferências de Saúde Mental. **Capacitação do Sistema GAL – Gerenciador de Ambiente Laboratorial** – Ana Paula agradeceu a participação de todos os municípios na Capacitação que ocorreu de dezesseis a dezoito de outubro no ERS Juína. **Oficina de Manejo Clínico da Tuberculose** – este evento está ocorrendo deste ontem em Sinop com participação de vários municípios. **Grupo de trabalho da Saúde Indígena** – Ana Paula pediu desculpas pela não realização da reunião prevista, mas vários fatores interferiram para isso, sendo um deles as transições nos Pólos de Saúde Indígena. Nova data deverá ser marcada. **Reunião de CIB ampliada para definição das Macrorregionais** – foi realizada a reunião de CIB ampliada em Cuiabá e ficaram definidas seis macrorregionais no estado, sendo a sexta macro Tangará da Serra que inclui as regionais de

Juína, Tangará da Serra e Diamantino. Destaca-se que Cuiabá não concordou com a sexta macro de imediato e podem haver algumas adaptações no início desta organização. **Relação de Sistemas de Informação que podem gerar cortes de recursos** – Ana Paula informou que está na pasta dos municípios o Of. Circular nº02/Gestão/ERS/Juína/2018 com uma lista de Sistemas de Informações cuja não alimentação pode gerar perda de recursos para o município. **Envio dos nomes dos Conselheiros para o Conselho Técnico do CISVJ** – Ana Paula lembrou aos municípios que devem encaminhar ao CISVJ os nomes dos Conselheiros Municipais de Saúde para compor o Conselho Técnico do CISVJ eleito na reunião anterior e lembrou ainda que esse conselho não possui suplência. **Pauta de Pactuações: Alteração da Composição da CIR NO** – com a nomeação do senhor José Vanderlei Nunes Ferreira para a Secretaria Municipal de Saúde de Colniza ficou automaticamente alterada a composição da CIR NO sendo ele membro titular a partir deste momento e indicando como suplente a senhora Célia Marcia Nunes Machado, não havendo contestação a alteração foi aprovada. **Alteração da Composição da CIES NO** – Ana Paula informou que a SMS Brasnorte solicitou alteração da representação na CIES NO titular: *Jane Marcia Ferreira Feitosa* e o município de Colniza solicitou alteração da suplente: *Célia Marcia Nunes Machado*, não havendo contestação a alteração foi aprovada. **Programação de Ações de Vigilância Sanitária** – Nara fez uma retrospectiva do processo, destacando que a discussão na oficina de construção da Programação da VISA foi muito rica, oficina esta que aconteceu no período de quatro à seis de setembro, quando ficou estabelecido até quinze de outubro o prazo para envio da programação prévia dos municípios para avaliação do ERS Juína e posterior retorno aos municípios para finalização e aprovação pelos Conselhos Municipais de Saúde, o que foi cumprido por todos os municípios. Em seguida solicitou aos municípios de Brasnorte e Juruena, cujos técnicos da VISA estavam presentes, que relatassem suas experiências. Ambos relataram como o processo de elaboração se deu e a importância das discussões e trocas de experiências entre as VISAs municipais e a VISA/ERS. Wilson relatou que considera que em Brasnorte houve uma evolução da Vigilância Sanitária, que hoje existe uma parceria com o Ministério Público, instauração de Processos Administrativos, arrecadação para investimento na área e que a Vigilância Sanitária é um setor forte e de destaque dentro da Secretaria. O secretário Márcio também colocou sua experiência destacando que mudou sua visão sobre a VISA, já que veio da câmara de vereadores. Relatou a importância das ações da VISA no controle das queimadas em seu município o que evitou um grande número de internações e/ou problemas respiratórios. Informou que ter aberto conta específica para a

Vigilância Sanitária ajudou a organizar o município. Relatou que sofreu muitas pressões no início por parte do comércio e que essa fase foi superada inclusive com apoio do Ministério Público (MP). Rosyneide de Juruena relatou os avanços obtidos no município na área de VISA e falou sobre a dificuldade de abrir uma conta bancária específica, pois quem emite as taxas é o setor de tributos e a Vigilância Sanitária tem controle manual. Hêlvio colocou a dúvida sobre a legalidade de abrir uma nova conta para Vigilância e Nara explicou que, com regulamentação, é possível. Na Sequência Hêlvio comentou sobre o perfil dos fiscais sanitários, que houve uma solicitação do MP para intensificar as ações de fiscalização em Juruena, relacionado ao comércio de carnes e que após planejamento das ações e diálogo, as medidas legais foram tomadas. Sergia comentou sobre a qualidade das ações de fiscalização, que há necessidade de melhorar essa qualidade e Nara destacou a necessidade de os municípios investirem em profissionais com perfil e qualificação e ressaltou a importância do cumprimento da Programação das Ações de VISA em sua íntegra, o que ajudará a alavancar a qualidade. Nara destacou ainda que toda a documentação foi entregue pelos municípios e emitido parecer favorável do ERS/Juina; foi aprovada emissão da resolução CIR que será encaminhada para a Coordenação de Vigilância Sanitária Estadual para andamento dos processos, conforme Resoluções CIB MT 046 e 047/2018. **Pactuações – Reabilitação do Qualicito** – Juciane informou que dia dez de outubro foi realizada a Visita Técnica no Laboratório Labormann pela Comissão Regional e afirmou já ter recebido as declarações dos municípios de Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Cotriguaçu e Juruena. Informou ainda que o dia trinta de novembro é o último dia para inserção no SAIPS, portanto necessita da documentação de todos os municípios para encerrar o processo sob a responsabilidade do ERS. Aproveitou para exemplificar os prazos que os municípios levam para entregar as lâminas no Laboratório e o tempo de entrega dos resultados, por meio de amostragens de alguns laudos extraídos no SISCAN. **Pactuação PPI – Programação Pactuada Integrada** – Juciane iniciou a apresentação sobre a PPI fazendo uma análise das Oficinas realizadas com os municípios no período de maio a outubro de 2018, destacando os objetivos, prazos, parâmetros, fluxos. A técnica informou que os municípios de Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu e Juruena entregaram as resoluções dos Conselhos Municipais de Saúde juntamente com as planilhas de pactuação em Excel, faltando apenas a resolução de Juína. Leda explicou que o município de Juína está aguardando o fechamento dos demais municípios porque precisa fazer um enxugamento de cento e setenta mil reais do seu teto e precisa fazer uma análise em relação a isso. Na PPI vigente, Leda analisou que o valor pactuado

para tetos ambulatoriais com Cuiabá é maior que para Juína nos municípios de Aripuanã e Juruena, reforçando que assim devem referenciar mais para Cuiabá. Juciane alertou que essa planilha sobre os valores físicos e financeiros apresentados é da PPI vigente até dezembro de 2018, se houver reconhecimento legal da nova pactuação proposta e que a nova pactuação ainda não está em planilha porque as informações aprovadas pelo conselho foram entregues ontem. Em seguida apresentou a planilha de tetos hospitalares, com a mesma comparação. Ao comparar os valores da PPI junto com os valores repassados pelo estado de Mato Grosso ao Hospital Municipal de Juína referente às Ações e serviços de saúde de Atenção Hospitalar de Referência - MAC, Leda destacou que não concorda que o valor repassado pelo estado seja dividido pelos municípios, que isso nunca foi orientado, que entende que o valor é para manutenção das estruturas hospitalares de Juína. Informou ainda que o valor gasto pelo município de Juína é de um milhão, duzentos e trinta mil reais mês. Helvio destacou que a informação da proporcionalidade dos \$301.000,00 (trezentos e um mil reais) é muito interessante para que os municípios conheçam quanto foi atendido de cada município dentro desses valores repassados. Helvio e Ivânia solicitaram que a SMS Juína apresente relatório dos atendimentos realizados para cada município para fazer essa análise. Leda ainda destacou que quando se avalia os valores da AIH ela não cobre os custos da internação, dos serviços médicos e SADT, sendo essa complementação paga com recursos próprios do município. Na planilha de atendimentos hospitalares, foram apresentados os percentuais de atendimentos de acordo com o sistema SIHD, através do TABNET, ficando claro que o atendimento aos municípios corresponde a mais ou menos 25 % (vinte e cinco por cento) dos atendimentos no Hospital Municipal de Juína. Leocádia perguntou se pode confiar nos dados do TABNET – SIAHD, pois pretende fazer um estudo no seu município em relação a esses dados. Sérgia lembrou que o faturamento de AIH melhorou muito após as capacitações; o município percebeu que os médicos não preenchiam as AIHs, que as informações não eram completas. Helvio lembrou que a dificuldade de manutenção dos hospitais públicos é a mesma em todos os municípios e que Juína, guardadas as devidas proporções, não tem outra saída a não ser o investimento de recursos próprios no Hospital. Leda concordou, mas destacou que não é possível devido aos altos valores por causa das referências e lembrou do processo da criação da regional noroeste quando foi assumido um compromisso de apoio mútuo entre os municípios. Continuando a apresentação Juciane apontou os pontos positivos e os desafios dos municípios quanto às oficinas e à execução da PPI. Foi dado destaque à necessidade de que os técnicos que fazem a produção do SIA e SIH devem ter conhecimento

do SIGTAP e do SISPPPI para melhorar a tomada de decisões e também da produção. Juciane destacou que é relevante alertar que o prazo para inserção no SISPPPI é curto e que pode não haver tempo hábil para a entrada em vigor em janeiro de 2019. Leda propôs que sejam enviadas as planilhas dos demais municípios para que possam aplicar a redução necessária e em seguida apresentam para o ERS Juína. Ficam aprovadas as pactuações realizadas pelos municípios com programação de repactuação em fevereiro de 2019. **Apresentações – Hemorrede** – A Coordenadora do Hemocentro Cleoni Silvana Kruger fez uma apresentação sobre a Hemorrede, destacando que o Hemocentro veio fazer uma qualificação na UCT de Juína, promovendo um diálogo sobre os processos que seguem o ciclo do sangue. Em Juína já está acontecendo uma revisita – a primeira visita ocorreu em outubro de 2016 e destacou que já houve avanços. Na apresentação foram destacados o papel, visão e valores do Hemocentro, além da distribuição das unidades hemoterápicas públicas no estado de Mato Grosso, que apontou um vazio grande na região noroeste. Questionou como é o fluxo: é enviada a bolsa de sangue ou encaminha-se o paciente para os procedimentos? Lembrou que a AT – Agência Transfusional de Aripuanã está interditada desde 2014 e lamentou a ausência do município. Destacou que a ausência de centrífuga refrigerada impede a realização de vários procedimentos e informou que deve haver a aquisição deste equipamento para 2019. Leda destacou que numa reunião na UPA se soube que vem vários pacientes para realizar transfusão e perguntou se há perspectiva de ampliação desta rede para desafogar o Hospital de Juína e a UPA, para que cada município absorva sua necessidade e Juína apenas forneça os hemoderivados e o sangue. O Hemocentro capacita a equipe e fornece os reagentes, há possibilidade de faturamento e existe ainda o incentivo estadual – \$3.000,00 (três mil reais) mês para AT e \$5.000,00 (cinco mil reais) mês para UCT. Foi levantado que Juruena também tinha uma AT e a técnica ficou de fazer um levantamento das informações que existam sobre isso no Hemocentro. A estrutura da Hemorrede hoje é composta de um Hemocentro coordenador, uma unidade de coleta (no Pronto Socorro de Cuiabá), uma unidade móvel (um ônibus), vinte e duas AT e dezesseis UCT. O município sede tem responsabilidade no fornecimento de sangue e hemoderivados para a região, devendo todos ser solidários na captura de doadores. Em seguida apresentou dados de produção do estado e da UCT de Juína e algumas aquisições de equipamentos para as AT e UCT. Para finalizar apresentou um panorama do programa de qualificação da Hemorrede desde 2016 até o momento, estando em média com 56% (cinquenta e seis por cento) de cumprimento, as conformidades e não conformidades (gestão da qualidade, equipamentos, comitê transfusional) encontradas no

processo de trabalho das UCT e AT (gestão da qualidade, processos administrativos e imuno-
receptor – registros). Mostrou ainda o financiamento da hemoterapia no estado, diferenciando os
valores do teto MAC e o investimento estadual. **Inquérito Vacinal (SMS Cotriguaçu)** – Ana
Paula aproveitou o momento e pediu que todos analisassem o resultado das Campanhas de
vacinação da pólio e sarampo que estão nas pastas e também da vacina antirrábica animal, sendo
que ainda podem ser melhorados. Em seguida a técnica Sirlei do município de Cotriguaçu
apresentou o Inquérito Vacinal referente às vacinas de Poliomielite e Sarampo em comparação
com o SINASC, onde segundo o município são atribuídos indivíduos a mais do que o número
real de nascidos no período avaliado. Ana Paula sugeriu que Colniza também faça um trabalho
semelhante para encaminhar à Vigilância Epidemiológica Estadual. Leda parabenizou o
Município pelo Inquérito e pela sua apresentação e Sirlei e Leocádia teceram elogios às equipes
que colaboraram na elaboração do documento. Juciane lembrou que Juruena também manifestou
discordância em relação às suas metas e poderia fazer um inquérito semelhante. **Planos
Municipais de Educação Permanente – PAMEPS** – Ana Paula informou que apenas os
municípios de Brasnorte e Juína fizeram a entrega dos seus PAMEPS. Sérgio se desculpou pelas
constantes alterações nas datas programadas para o evento da oficina regional do PAREPS,
agendada novamente para os dias seis e sete de novembro de 2018 no ERS Juína. Em princípio o
estado iria custear com diárias a vinda de todos os técnicos, através do cadastro dos mesmos no
FIPLAN. No entanto não foi possível cadastrar as técnicas dos municípios de Cotriguaçu e
Brasnorte, sendo solicitado que o município custeie essa ação. Para a construção do PAREPS é
imprescindível trazer os PAMEPS. Sérgio apresentou o material que foi encaminhado por e-mail
para todos os municípios que pode ser usado para embasar o PAMEPS considerando que foi
elaborado a partir dos Planos Municipais de Saúde e ressaltou a importância da participação na
oficina. **Emenda Parlamentar de Bancada (SMS Juína)** – Ana Paula informou aos presentes
que não foram requeridas Resoluções CIR e CIB para aprovação destas emendas, mas é
importante o registro em Ata, se houverem exigências posteriores. A SMS Juína apresentou
resolução do CMS - Conselho Municipal de Saúde aprovando a emenda parlamentar da Bancada
Federal para incremento da MAC para município da região noroeste mato-grossense no valor de
\$2.390.000,00 (dois milhões e trezentos e noventa mil reais). Ivânia perguntou sobre uma
emenda federal que foi cadastrada em setembro e Ana Paula achou estranho, pois os prazos já
teriam sido ultrapassados. Sugeriu que fizesse contato com o gabinete do deputado Ságuas,
proponente da emenda, para obter informações. **RAPS – Rede de Atenção Psicossocial** – Ana

Paula informou que recebeu aprovado e concluído apenas a RAPS do município de Cotriguaçu e que os demais municípios ainda estão organizando. **Referências Regionais** – Considerando a discussão iniciada na Reunião no CGM – Colegiado de Gestores Municipais, referente a suspensão de alguns atendimentos no município de Juína Leda solicitou pauta na CIR NO com a participação do Prefeito Municipal de Juína para esclarecimentos. Ana Paula agradeceu mais uma vez a presença do prefeito Altir colocando a plenária à disposição. Leda iniciou a discussão, resgatando o questionamento do Secretário Municipal de Saúde de Colniza, ressaltou que a não participação de Colniza em reuniões anteriores, justifica não compreender o processo, visto que a SMS Juína vem alertando há alguns meses a redução de atendimentos. Destacou ainda que o ERS Juína foi ao Ministério Público não respeitando a situação de atraso dos repasses do Estado, e que recebeu uma ata do Ministério Público onde o ERS alegou que o município não tem o controle de suas cotas. Comentou que essa é uma situação muito desagradável e a decisão não é confortável para Juína, acreditando que com a reprogramação da PPI para 2019 a situação possa melhorar. Altir, tomando a palavra, lembrou o que foi dito na reunião anterior, que inclusive consta em ata, que não é uma situação nova e que o município foi suportando a situação até onde foi possível. Destacou que essas dificuldades são de conhecimento dos prefeitos e que em algumas situações os prefeitos nem sequer compareceram às reuniões com tema de Saúde. Altir comentou que está na terceira gestão como prefeito e que já passou por vários Presidentes e Governadores, que sabe um pouco sobre a Pactuação e a responsabilização tripartite do financiamento e que há peculiaridades que deveriam ser respeitadas, como quando se compara por exemplo, as diversas regiões do estado ou do país em termos de custos de Saúde. O prefeito alertou ainda que a situação do país tende a piorar, independente do resultado das eleições. Cada estado tem sua receita baseada em sua principal atividade econômica – no caso de MT é o agronegócio e que não paga impostos se analisado proporcionalmente a outras atividades econômicas, o que diminui a arrecadação do estado. Assim, as perspectivas de se ter dinheiro novo para investimento em saúde são poucas. Acredita que uma mobilização para solicitar uma “ajudinha” não resolve – tem que haver um posicionamento firme. Na reunião realizada na AMM em outubro o governador eleito Mauro Mendes propôs a realização de uma reunião em dezembro com uma comissão de prefeitos para conhecer as propostas. Acredita ser este o momento para posicionamento do município, mas não acha que haverá solução imediata. Quanto ao problema imediato da região existem duas situações – uma de questões financeiras e outra de espaço físico. Do ponto de vista do espaço físico lembrou a inauguração da UPA em maio de

2012 que aliviou a alocação de pacientes na época. Hoje o problema de superlotação está novamente em pauta, e não há possibilidade de construção de novo hospital. Através de emenda de bancada conseguiu um valor de aproximadamente novecentos mil reais para ampliação de dezessete leitos, o que deve acomodar a situação para alguns anos. Do ponto de vista financeiro, o recurso recebido está abaixo do custo e devem ser considerados ainda os atrasos de repasses. O município está com problemas na dotação orçamentária, enfrentou problemas inclusive com a Câmara Municipal. Citou os questionamentos do Ministério Público – sobre os atendimentos para referências, atendimentos dos pacientes do Consórcio no Hospital Municipal entre outros. Altir colocou ainda as responsabilidades com o Tribunal de Contas, que não podem ser ignoradas. Apresentou um relatório de custos das unidades de Juína – a UPA e o Hospital Municipal custam por mês um milhão e seiscentos mil reais e o recebimento considerando todos os recursos é de oitocentos mil reais mês. Vanderlei questionou quanto desse valor corresponde a Juína e Altir respondeu que são necessários estudos mais aprofundados. Vanderlei colocou que esse é então o momento para a reunião de todos na busca de recursos. Altir concordou e lembrou que na semana que vem muitos prefeitos estarão em Brasília porque encerrarão os prazos para emendas parlamentares. Informou que no ano que vem vai deixar a presidência do Consórcio e insistiu que será necessário buscar dinheiro novo para manter os serviços. Hêlvio colocou que informará a Promotoria Pública de Cotriguaçu da situação até mesmo para se resguardar do que pode vir a acontecer futuramente. Pediu a colaboração do prefeito Altir para a sensibilização dos Prefeitos em relação ao tema saúde, sugerindo que façam uma caravana para Cuiabá para discussão da situação. Vanderlei também concordou que a situação é difícil, mas que sua única referência é Juína e que a decisão tomada unilateralmente inviabiliza a saúde na região, pois o recurso de saúde da região está pactuado com Juína e que no momento ficarão sem ter o que fazer. Acredita que a ação deve ser imediata, porque as pessoas não deixarão de adoecer pela decisão tomada. Marcio sugeriu que se aproveite esse momento político de transição e se faça uma ação integrada junto ao estado e união pedindo providências. Quanto à PPI, Altir solicitou que o município pactue com os demais apenas o que possui a capacidade instalada e teto financeiro para atender. Vanderlei de Colniza lembrou que o acordado foi que a cada quatro meses poderá ser revista esta pactuação. Leda lembrou ainda que o corte dos atendimentos de ortopedia foi também para os municípios de Juína, pois houve suspensão pelos profissionais. Casos de urgência e emergência que sejam de risco de vida podem ser encaminhados. Leda informou que os atendimentos de exames para Prevênia estão sendo avaliados de acordo com a

257 PPI. Sugeriu que todos passem a fazer esses controles e Juína já iniciou o monitoramento.
258 Reforçou os ofícios encaminhados anteriormente via e-mail onde se informa a suspensão dos
259 serviços de Ortopedia, Exames Gráficos, Cirurgias solicitadas após consultas pelo CISVJ e
260 Exames encaminhados para Prevênia. Serão mantidos os exames pactuados via PPI que são
261 realizados em unidades próprias – exames laboratoriais e de imagem e de acordo com essa
262 programação. Altir ainda lembrou que com a criação da macrorregional de Tangará da Serra
263 poderá haver mais problemas para organizar os fluxos e considerando os fluxos migratórios,
264 destacou a existência de pacientes de outras localidades que são atendidos aqui como pacientes
265 do local. Leda perguntou como serão resolvidos os casos de urgência e emergência que não
266 podem ser encaminhados para Cuiabá – citando como por exemplo um caso de luxação de
267 fêmur. Hêlvio colocou que já entendeu que não terão mais atendimento e que terão que
268 encaminhar para Cuiabá, mas pede que haja apoio junto aos prefeitos. Vanderlei colocou que a
269 dinâmica da CIB em MT é muito diferente da CIB em Rondônia a começar pela ausência do
270 Secretário Estadual de Saúde e gostaria de saber o que pode ser feito de imediato. Altir se propôs
271 a conversar com os prefeitos todos que conseguir, na viagem para Brasília. Hêlvio ressaltou que
272 a população não sabe diferenciar entre CISVJ e PPI e que vai ter que criar uma dinâmica de
273 informação para a população a fim de evitar problemas ainda maiores. Altir lembrou ainda que
274 nas reuniões do Consórcio os prefeitos ficam focados em estradas e falam muito pouco em
275 saúde. Vanderlei perguntou se o município de Juína tem interesse em retomar os atendimentos e
276 Leda respondeu que isso depende da organização financeira. Ivânia questionou se em janeiro de
277 2019, com o novo exercício financeiro da PPI os atendimentos voltarão a acontecer. Leda falou
278 que sim. Altir citou a desvalorização do financiamento do CISVJ pois no início o estado passava
279 de um a dois reais e agora passou a pagar em média doze centavos. Vanderlei ainda perguntou a
280 quais procedimentos terá direito até o final do ano e destacou a importância do processo de
281 repactuação da PPI feito junto com o ERS e com o município de Juína. Ana Paula se posicionou
282 falando sobre as informações repassadas pela superintendência financeira de que será feito mais
283 um pagamento este ano para UPA e SAMU, mas que não está garantido o pagamento do PAICI.
284 Em seguida se manifestou sobre a ida das técnicas ao Ministério Público alegando que está em
285 ata a informação de que o recurso do estado está com atraso, que a PPI é um assunto de domínio
286 público e que com frequência vem sendo questionado ao ERS Juína, que a questão da não
287 alimentação dos bancos de dados não é atual e vem sendo cobrada há várias reuniões, inclusive
288 de outros municípios, que nunca houve uma paralização total dos atendimentos em Juína e que

quanto ao repasse financeiro, no início desta gestão estadual, o valor repassado era de cinquenta e um mil reais e que por pressão da região, das superintendências o recurso passou para os atuais trezentos e um mil reais. **Programação Anual de Saúde** – Os municípios de Juína e Castanheira apresentaram a PAS - Programação Anual de Saúde de 2018; Ana Paula comentou que a PAS não tem obrigatoriedade de apresentação neste fórum, mas que facilita o acompanhamento e fica registrada apresentação em ata. **RAG – 2017** – O município de Juína apresentou a Resolução de aprovação do Conselho Municipal de Saúde do Relatório Anual de Gestão de 2017 e Jucélia afirmou que ele também foi encerrado no SARG-SUS. Ana Paula aproveitou o momento para lembrar aos municípios a importância de fechar o relatório também no Sistema. **Pauta Permanente: Regulação** – Ivanete solicitou a todos especial atenção quanto à organização das Centrais Municipais de Regulação, alertando que as atividades e responsabilidades dessas centrais são várias e que pode haver uma sobrecarga de trabalho no caso das centrais com apenas um técnico. Salientou ainda a necessidade de manutenção dos equipamentos do Projeto Estadual e de uma Internet de qualidade para o funcionamento do SISREG. Em seguida tratou da necessidade de organização das agendas para o final de ano – considerando os festejos natalinos e de passagem de ano, para não haver interrupção total dos serviços de regulação e da urgência em organizar as agendas para o transporte dos pacientes para o ano de 2019, nos moldes de como já foi feito nos anos anteriores, destacando que será encaminhado Ofício circular sobre esse assunto. Para finalizar, externou a todos a preocupação com uma informação recebida via telefone do Setor de Exames da SES dando conta que não há mais prestador para Ressonâncias Magnéticas com sedação para menores de seis anos de idade, preocupação compartilhada por todos. **Telessaúde** – **Panorama Regional** – Sérgio entregou para os gestores um panorama regional do Telessaúde com dados atualizados até a data de hoje, com ranking estadual onde Cotriguaçu aparece em primeiro lugar no estado e Juína também se destaca no ranking regional, seguido de Juína. Sérgio lembrou que a utilização das teleconsultorias podem reduzir encaminhamentos, que são claramente um dos grandes problemas citados nesta reunião. Leda citou o exemplo de um município que contratou um serviço de tele dermatologia e comentou que esta é uma experiência muito interessante. Sérgio também citou o diagnóstico em tele cardiologia, que a princípio é bastante simples e não demanda muitos recursos. **Pauta de Informes: Implantação de Equipe de Saúde da Família Central no Município de Juína** – Ana Paula informou que o município de Juína tem uma equipe para organizar a implantação e Juciane lembrou que foi realizada a visita técnica e que o prazo para regularização dos itens é dia

dez de novembro sendo que até lá é possível a emissão de parecer positivo com a resolução do problema. **LIRAA** – Ana Paula destacou que o prazo para conclusão do LIRAA é dezesseis de novembro. **Ministério Público** – Leda leu e comentou a ata da reunião com o Ministério Público, destacando que é necessário retomar o papel de cada ente federativo, salientando que o papel de regionalização foi construído desde 1990, ombro a ombro e que isso não pode ser destruído. Considerou que as afirmações foram tendenciosas, que o ERS Juína não pode se ater somente a PPI, afirmou existir uma certa hostilidade para com o município de Juína, quer que exista solidariedade entre todos os entes e espera que todos os municípios busquem uma saída e que o ERS Juína, destacando que faz questão que isso apareça em ata, tenha mais respeito com os municípios, discordando da fala da Sílvia do COSEMS, que pediu aos Escritórios Regionais mais carinho com os municípios. Destacou que além de todas as dificuldades que os municípios têm não se pode ter mais um problema como esse e lamentou muito essa ocorrência. **10ª Reunião Ordinária da CIR NO – Reunião Ampliada PPI/ Avaliação de Imunização** – a décima reunião da CIR NO está pactuada para o dia vinte e sete de novembro de 2018, com horário de início previsto para dez horas, ou logo após realização da reunião do CGM, o que foi consenso entre todos. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião. Eu, Ivanete Marcia Wiebbelling Pagnussat, secretariei esta reunião e lavrei a presente ata que contém 11 (onze) páginas com 344 (trezentas e quarenta e quatro) linhas, sem rasuras, e que vai assinada por mim, por Ana Paula Marques Schulz que coordenou a reunião CIR NO e Leda Maria de Souza Villaça, vice-presidente regional noroeste do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso.

Secretária Executiva da CIR NO _____

Coordenador da CIR NO _____

Vice-presidente Regional do COSEMS _____